

## **Moral sexual cristã: o inusitado encontro entre a ignorância fundamentalista e a ingenuidade do senso comum acadêmico**

## **Moral sexual cristiana: el encuentro inusual entre la ignorancia fundamentalista y la ingenuidad del sentido común académico**

## **Christian sexual morality: the unusual meeting between the fundamentalist ignorance and the academic common sense**

### **Evaldo Luis Pauly**

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000), Mestre (1993) e Bacharel em Teologia (1985) pelas Faculdades EST de São Leopoldo/RS. Professor emérito da Universidade La Salle – UNILASALLE/Canoas/RS – Brasil

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7187415721002122>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7139-2027>

Rua Ernesto Silva, 60 ap. 604 Bloco A  
93046-740 – São Leopoldo/RS  
Brasil  
[profevaldopauly@gmail.com](mailto:profevaldopauly@gmail.com)



## Moral sexual cristã: o inusitado encontro entre a ignorância fundamentalista e a ingenuidade do senso comum acadêmico

## Moral sexual cristiana: el encuentro inusual entre la ignorancia fundamentalista y la ingenuidad del sentido común académico

## Christian sexual morality: the unusual meeting between the fundamentalist ignorance and the academic common sense

Evaldo Luis Pauly  
Universidade La Salle – UNILASALLE/Canoas/RS – Brasil

### Resumo

O artigo objetiva diferenciar entre: de um lado, a crítica do senso comum acadêmico à moral sexual cristã que se baseia em leituras simplistas dos textos de Marx e Freud; de outro, a leitura fundamentalista cristã da saga mítica de Adão e Eva que sustenta a identidade entre o pecado original e o sexo. Superando essas noções do senso comum, o artigo defende a tese de que é plausível - talvez prudente, do ponto de vista republicano - promover o ensino escolar da moral sexual cristã.

*Palavras-chave: São João Batista de La Salle. Martinho Lutero. Moral Sexual Cristã. Adão e Eva.*

### Resumen

El artículo pretende diferenciar entre: por un lado, la crítica académica de sentido común a la moral sexual cristiana que se basa en lecturas simplistas de los textos de Marx y Freud; por el otro, la lectura fundamentalista cristiana de la mítica saga de Adán y Eva que sustenta la identidad entre pecado original y sexo. Superando estas nociones de sentido común, el artículo defiende la tesis de que es plausible - quizás prudente, desde un punto de vista republicano - promover la enseñanza de la moral sexual cristiana en la escuela.

*Palabras clave: San Juan Bautista de La Salle. Martín Lutero. Moral sexual cristiana. Adán y Eva.*

### Abstract

The paper aims to differentiate between: from one perspective, the academic common sense criticism towards Christian sexual morality, inspired on a simplistic reading of Marx's and Freud's writings; from the other perspective, the Christian fundamentalist reading of the mythical saga of Adam and Eve that supports the identity between the original sin and sex. Overcoming such common sense notions, the paper's thesis argues for the plausibility - daresay caution, from the republican standpoint - of promoting the school teaching of Christian sexual morality

Keywords: Saint John Baptist de La Salle. Martin Luther. Christian Sexual Moral. Adam and Eve

No Brasil, diante da atuação político-partidária de certas igrejas fundamentalistas cristãs de extrema direita em favor de uma pauta de costumes nas campanhas eleitorais para a presidência da República em 2018 e 2022, recrudesceram no meio acadêmico críticas relativamente ingênuas à moral sexual cristã. A partir de Freud, o senso comum acadêmico costuma classificar a moral cristã como neurose; a partir de Marx, recorre à simplificação de que a religião é ópio do povo; com Foucault afirma-se que a educação cristã dociliza os corpos infantis. Em geral, tais críticas hegemônicas nos meios intelectuais ignoram o fato de que a teologia acadêmica, há séculos, descartou a tese ingênuo de que Adão e Eva seriam os progenitores do homo sapiens e responsáveis pela pecaminosidade humana.

Este artigo propõe uma crítica mais sofisticada e eficaz contra o conservadorismo moral dualista da extrema direita cristã que polariza a humanidade entre retos ou tortos, bons ou maus, esquerda ou direita, pecadores ou santos, etc. A dialética da crítica teológica produzida em grupos de pesquisa em teologia e ciências da religião existentes em muitas Universidades públicas e confessionais demonstra que essa polarização dualista rejeita a atuação histórica de Jesus Cristo e a tradição apostólica das comunidades cristãs dos dois primeiros séculos.

A crítica dialética da teologia científica ao moralismo religioso, como ver-se-á adiante, é bem mais antiga, sendo iniciada já na redação do Novo Testamento que combatia a moral sacerdotal e o farisaísmo. Essa dialética foi sintetizada no slogan formulado pelo apóstolo Paulo que contrapõe Cristo contra Adão! Essa complexa tese dialética foi assim formulada por ele: “nos gloriamos também em Deus por nosso Senhor Jesus Cristo, por intermédio de quem recebemos, agora, completa reconciliação. Morte em Adão, Vida em Cristo” (Romanos 5:11). Assim, nos primórdios da igreja cristã, o moralismo fundamentalista exigido pelo clero e pela teologia do Templo de Salomão era considerado mortal e a moralidade praticada pelos seguidores e seguidoras de Cristo, vivificante.

O fundamentalismo neopentecostal contemporâneo brasileiro, em geral, acentua demasiadamente o legalismo sacerdotal do Antigo Testamento e deliberadamente omite a centralidade do Novo Testamento que, conforme a teologia acadêmica cristã, reside na fé de que a cruz de Jesus concede graça universal. Tanto o fundamentalismo da extrema direita cristã, quanto a crítica do senso comum acadêmico coincidem na ignorância deste fato basilar da fé cristã conforme a pesquisa científica em teologia e em ciências da religião: a dialética da cruz. Os extremistas cristãos desqualificam, desse modo, a moral sexual defendida pelas igrejas cristãs cujo clero possui formação teológica em nível superior. Tanto a falsa moral ideológica dos fundamentalistas, quanto a crítica ingênuo do senso comum acadêmico, ambas baseadas na interpretação literal de Adão e Eva, mais ocultam do que esclarecem a verdadeira repressão sexual sobre as massas realizada pela indústria pornográfica do mercado capitalista – legal ou ilegal - do sexo, quase sempre de forma misógena e homofóbica.

Para enfrentar e superar essa coincidência inusitada, o artigo

descreverá a moral das igrejas cristãs históricas não pentecostais. Num segundo momento, proporá uma reflexão preliminar sobre a relação entre religião e educação focada nas possibilidades do ensino da moral sexual cristã nas escolas da Educação Básica obrigatória. A moral sexual cristã não precisa ser apenas um tema da disciplina Ensino Religioso, de matrícula facultativa no currículo escolar brasileiro; talvez seja uma necessidade didática de prudência republicana tratar dessa moral como temática obrigatória do projeto político-pedagógico de cada escola do país para ofertar ao universo discente um processo formativo capaz de propiciar os meios racionais para o desenvolvimento, entre outros aspectos, da vida familiar, da convivência humana em suas diversas manifestações culturais (LDB art. 1º) e prover o preparo adequado para o exercício da cidadania (LDB art. 2º)<sup>1</sup>.

No Brasil contemporâneo, a religiosidade cristã tornou-se uma relevante manifestação cultural que afeta o convívio familiar e social; mais especificamente, o moralismo fundamentalista cristão ultraconservador, por outro lado, assumiu relevantes expressões político-partidárias que afetam o exercício da cidadania, em especial e de forma destacada, o exercício da atividade parlamentar. Paradigmaticamente, a expressão “tenho dito” que finalizava os discursos políticos tradicionais vem sendo substituída por “Deus abençoe”. Nos anos 80 se debatia sobre a presença inconveniente de crucifixos nas paredes dos plenários das casas legislativas, hoje essa presença penetrou nas almas dos próprios parlamentares. Alguns vereadores, deputados e senadores fundamentalistas cristãos que refutam direitos humanos fundamentais e constitucionais com base em argumentação antidemocrática e antirrepublicana que, segundo eles, se justificam com citações bíblicas, geralmente do Antigo Testamento, que tais legisladores afirmam ser de natureza divina. Essa argumentação destrói a concepção liberal clássica de uso público da razão. O uso ideológico da fé cristã e da Bíblia nas disputas parlamentares representa grave violação da laicidade do estado e risco iminente para a formação da cidadania republicana e para as práticas democráticas. Um recurso de política educacional que talvez ajude na superação desse risco é contrapor dialética e racionalmente a própria fé cristã e os textos bíblicos contra a ideologia extremista e o sectarismo moral de políticos fundamentalistas cristãos.

A possibilidade republicana de a escola ensinar a moral cristã

A crítica aparentemente mais frequente do senso comum acadêmico no século XX parece ser a tese foucaultiana da docilização dos corpos atribuída às Escolas Cristãs mantidas por docentes católicos liderados pelo padre João Batista de La Salle, atualmente proclamado santo padroeiro dos professores pela igreja católica. A educação metódica e detalhista praticada pelos lassalistas visava a que os alunos adquirissem “corpos dóceis” (Foucault, 2013, p. 131-163). Esse juízo de Foucault parece que não considerou a luta de classes na França aristocrática. Não aplicou sua metodologia analítica da “microfísica do poder” para constatar os “corpos com sua materialidade e suas forças” (2013, p. 29). É óbvio que a Escola Cristã docilizava corpos,

<sup>1</sup>LDB. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República: Brasília/DF. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394.htm) (Acesso 23/03/2024).

especialmente, dos filhos de artesãos e pobres urbanos. A disciplina e o controle sobre o corpo dos discentes foi adotada pelos irmãos lassalistas para permitir que o menino “em dois ou, quando muito, três anos de escolarização, rompesse as barreiras da dominação aristocrática” (Pauly; Casagrande; Corbellini, 2018, p. 14) aprendendo a ler, escrever, fazer contas e a comportar-se com os bons modos da aristocracia. A escola primária católica desenvolvida por La Salle, adotou o francês, a língua popular, abandonando o latim; sistematizou técnicas didáticas para massificar a alfabetização e o ensino inicial de ciências e renovou a catequese conforme as orientações pastorais do concílio de Trento. A política do déspota esclarecido Luis XIV era contrária a Trento. “La Salle identificou-se com a renovação do catolicismo ocorrida a partir do Concílio de Trento (1545 a 1563), que tardiamente ingressou na igreja francesa sob forte resistência da hierarquia eclesiástica vinculada à Coroa” (Pauly; Casagrande; Corbellini, 2018, p. 11).

A escolarização gratuita proporcionada pela docência dos irmãos era um princípio teológico radical: se a graça da salvação pela cruz era universal, a Escola Cristã deveria ser gratuita e matricular todos os meninos. Os lassalistas foram combatidos pelo corporativismo medieval das guildas de Mestres Calígrafos, cujas escolas pagas eram credenciadas pela Corte. Os irmãos foram desprezados pelo ritualismo da hierarquia eclesiástica francesa e pelo elitismo da aristocracia no regime da cristandade. O combate político, pedagógico e teológico às Escolas Cristãs persistirá, inclusive, entre deputados iluministas da Assembleia Nacional da República, após a revolução burguesa de 1789. Condorcet defendeu a tese política republicana clássica de que “as opiniões religiosas não podem fazer parte da instrução comum” para que o “ensino moral seja rigorosamente independente de tais opiniões” (2008, p. 47).

Em geral, o senso comum acadêmico republicano costuma reduzir o ensino da moral sexual cristã à repressão contra o prazer sexual, sem, no entanto, apresentar alguma ou algumas alternativas razoáveis para uma moral sexual menos repressiva e mais prazerosa. Esse referido senso denuncia o cerceamento eclesiástico da liberdade corporal dos indivíduos, mas não anuncia outra ou outras possibilidades de liberdade moral. É um fato histórico que o senso comum da cultura judaico-cristã ocidental dominante considera que sexo é pecado porque o ingênuo Adão comeu a maçã que a sedutora Eva lhe ofereceu. Reduzir, no entanto, a moral sexual cristã a este relato do livro de Gênesis é valorizar demasiadamente esta saga mitológica. Parece que a academia, diversos partidos republicanos e talvez boa parte dos docentes aceita essa mistificação do senso comum. Será que Adão e Eva são, de fato, paradigma da moral sexual cristã?

#### O mito de Adão e Eva

Por óbvio que não! Para responder negativamente a esta mistificação é preciso demonstrar que a Árvore do Conhecimento do Bem e do Mal não é uma macieira, que comer maçã não é fazer sexo e fazê-lo não é pecado. Na sombra de alguma árvore frondosa, sacerdotes

abilônicos celebravam cultos à fertilidade. Eles chamavam cada uma dessas árvores de Árvore do Conhecimento do Bem e do Mal. O culto à fertilidade e seus rituais eram populares e atraentes. Os sacerdotes dos cultos à fertilidade articulam a religiosidade popular com a política tributária da Corte imperial no século VI AC. Nesse contexto religioso e político, o povo de Deus viveu o seu “Cativeiro Babilônico”. O Exílio começou quando as tropas de Nabucodonosor II, rei da Babilônia, destruíram o Templo de Salomão e a cidade de Jerusalém. Algumas pessoas do povo e, majoritariamente membros da elite judaica foram levados cativos para a Babilônia em 16 de março de 587 AC (Da Silva, 2005, p. 21). Por meio século, viveram no cativeiro até que o rei da Pérsia, Ciro II, conquistou a Babilônia em 538 AC. O famoso Decreto de Ciro permitiu que os exilados retornassem à Jerusalém.

Durante o exílio babilônico, para enfrentar as práticas extorsivas do culto à fertilidade vinculado à deusa Ishtar e ao deus Marduque, entre outras divindades, os exilados compuseram a saga mítica de Adão e Eva. Adão não é nome próprio de pessoa, antes designa uma categoria social, o cultivador da “adama”. Essa “adama” é um tipo específico de solo de cultivo muito fértil, a terra de aluvião trazida pelas cheias periódicas dos rios Tigre e Eufrates. O termo Adão abrange todos os agricultores expropriados pela tributação estatal sobre a colheita. Eva, designa as mães cujos jovens filhos eram recrutados à força para as fileiras dos exércitos babilônicos. Adão e Eva são personagens paradigmáticos que as famílias exiladas contrapunham à exploração econômica e militar. Adão e Eva são personificações da liberdade radical inerente à fé monoteísta do povo judeu. Assim se expressa o Salmo 146:7-9 sobre Iahweh o criador da terra e do mar “faz justiça aos oprimidos”, “dá pão aos famintos”, “solta os encarcerados”, “levanta os abatidos; o Senhor ama os justos; O Senhor guarda os estrangeiros; sustém o órfão e a viúva, mas transtorna o caminho dos ímpios”.

Os relatos da criação descrevem o amor de Deus pela natureza e pela humanidade no contexto da opressão babilônica. Por óbvio, não são descrições objetivas ou científicas que descreveriam o surgimento do Universo e da vida. Para o povo judeu no exílio, os astros celestiais não são deuses que dão fertilidade a campos e úteros, são enfeites colocados no céu por Javé para embelezar o firmamento e orientar viajantes. O útero da mulher acolhe e gera cada vida humana. No “antigo Oriente Próximo, política e religião andaram de mãos dadas (...) dois aspectos inseparáveis de uma só realidade. Soberania celeste e monarquia terrestre se refletiam harmoniosamente” (Cardoso, 1986, p. 73-74). A realidade social no exílio provocou a releitura da tradição judaica em confronto com a religião da corte babilônica e da respectiva

crítica às divindades astrais da Babilônia, reconsideradas como criaturas do deus bíblico no quarto dia, e não mais como divindades independentes. Sucessivamente, a motivação

do sábado se relaciona à libertação do Egito (Dt 5,12-15): o repouso era para fazer a memória da libertação da escravidão. (Schiavo, 2020, p. 91)

O suor do camponês caindo na terra fertiliza a lavoura. Não é a bondade da deusa que dá fertilidade à mulher, a criança nasce pela coragem feminina que supera a dor do parto. A teologia dos exilados demitologiza o culto à fertilidade e o artefato religioso da corte babilônica perde sua função ideológica. A Árvore do Conhecimento do Bem e do Mal deixa de justificar o fato de o rei cobrar impostos sobre a colheita agrícola e recrutar os filhos das mulheres para compor suas tropas, em nome das divindades. A saga de Adão e Eva é uma narrativa religiosa da resistência de exilados contra imposições econômicas e militares da corte justificadas pela religião estatal. A saga não considera a relação sexual como pecado, pecado é submeter-se à mistificação da relação sexual pelo culto babilônico à fertilidade.

No estado democrático de direito sob o regime republicano, a teologia acadêmica cristã pode e talvez mesmo deva contribuir para a secularização das prescrições morais sobre as sexualidades que os fieis contemporâneos solicitam às igrejas. Parece que essa contribuição teológica seria a melhor possibilidade para formular uma teologia moral da sexualidade compatível com a perspectiva libertadora que Jesus estabeleceu para a leitura ou hermenêutica cristã do Antigo Testamento. Inúmeras vezes Jesus usou a fórmula “ouvistes que foi dito (...) Eu, porém, vos digo: ...” (Mateus 5; Marcos 10; Lucas 6). Jesus radicaliza e mesmo rompe com prescrições morais estabelecidas pelo Antigo Testamento, numa releitura ousada da Palavra de Deus.

Um fato é simplesmente óbvio: as leis morais das igrejas cristãs sobre a sexualidade são seguidas apenas por quem deseja segui-las. Por óbvio a força moral da doutrina eclesial não está na ortodoxia de suas normas, muito menos na capacidade coercitiva do clero. A eficácia da moral sexual cristã está no desejo do fiel que acata tais normas e as toma para si mesmo. É a autonomia da pessoa religiosa no sentido piagetiano de superação do estágio da heteronomia. Para a parcela da cidadania que deseja ser fiel a alguma igreja, submeter-se às normas morais de sua denominação religiosa é um exercício cotidiano do seu pleno direito à liberdade de culto e de consciência que lhe assegura o estado democrático de direito. Aqui seria possível discutir as sutis diferenças entre ser sujeito e sujeitar-se. A liberdade republicana não é absoluta, é sempre relativa conforme assegura o artigo 5º, inciso VI da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”<sup>2</sup>.

Pela diversidade e complexidade das religiosidades do povo brasileiro, ainda não foi possível ao Poder legislativo pactuar um acordo político capaz de viabilizar a formulação da mencionada lei de proteção aos espaços religiosos e seus respectivos rituais. Apesar disso, a filiação religiosa, a desfiliação ou a não filiação é uma decisão livre que envolve privadamente a cada pessoa. Cumpre a cada um que assim desejar, solicitar sua livre filiação a determinada comunidade de fé, em cujo estatuto público estarão previstas as normas de deferimento

ou indeferimento desse pedido. Do ponto de vista do melhor aprendizado para a fruição do prazer sexual, é plausível admitir que se um adolescente observa a castidade e pratica a abstinência sexual por medo do castigo de Deus, talvez seja prudente, de fato, que ele se abstenha de relações sexuais pelo simples e óbvio fato de não possuir autonomia suficiente para receber e proporcionar prazer sexual satisfatório para si e sua parceria. É provável que sua ilusão religiosa reprima seu desejo e impeça, de fato, a mútua fruição do prazer sexual. Ora, quem solicita o aval da sua igreja para manter atividade ou relação sexual, por óbvio, ou está conscientemente disposto a submeter-se às regras morais de sua religião ou está inconscientemente projetando sua insegurança afetiva para o clero.

O problema ético dos adolescentes não é que eles não conseguem controlar o prazer imediato, ou que eles não conseguem sublimar, no sentido freudiano, um prazer imediato. Pelo contrário, suas dificuldades com o exercício do prazer residem no fato de não experimentarem suficientemente o imenso prazer que decorre de sublimação bem exercida. Seu problema ético é a incapacidade de projetar um prazer maior e, em função dele, estabelecer um trajeto - não de ascese - mas de acesso a maior prazer. O problema é a perspectiva de gozo.

O prazer não é inimigo da moral, pelo contrário, a escolha do maior prazer possível é a razão última de qualquer ética moral com algum embasamento racional! Na perspectiva da moral sexual cristã, só quem ama a si mesmo pode amar a pessoa que lhe é próxima. A ética do amor é o prazer de amar a si mesmo. O amor por si fundamenta o amor pelas pessoas próximas (Gadotti, 1985). Essa é a ética da vida prazerosa porque amorosa. Uma metáfora interessante para descrever a centralidade ética desta pedagogia surge da contemplação de algumas fotos dos Círculos da Cultura de 1963 em Angicos/RN (Gadotti, 1996, p. 73, 437 e 525) e em Gama/Brasília (Gadotti, 1996, p. 174 e 177). Nas fotos se vê Paulo Freire trabalhando, sentado nos bancos do círculo. O Método Paulo Freire de conscientização ou de alfabetização seria um fracasso ao lado de dezenas de outros, caso essas pessoas não conquistassem, elas mesmas, as letras e as consciências tão rapidamente. Não foi Paulo Freire quem alfabetizou em 40 horas, foram as pessoas alfabetizadas que se alfabetizaram com essa rapidez! Ou seja, a igreja tenta impor sua moral sexual, mas não é ela que consegue a imposição, são as pessoas que assumem essa moral para si mesmas.

Na história moral do Ocidente, a Reforma pode ser caracterizada como um divisor de águas porque introduziu uma dúvida permanente sobre a necessidade da repressão eclesial sobre as atividades sexuais: a qual repressão eu devo sujeitar-me? Desse modo introduziu-se na teologia cristã ocidental a necessidade de o indivíduo escolher qual lhe pareceria seriam as melhores normas e práticas morais para seu exercício de sua sexualidade. Esse pragmatismo da moral sexual cristã se acentuou no século XVI com a teologia pastoral de Lutero. O fracasso da moral tradicional se deve ao fato de que “miseráveis pessoas cegas tentaram impor a castidade às pessoas a partir de fora, quando ela é uma dádiva do céu que tem que brotar de dentro”. Em

<sup>2</sup>[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) (Acesso 23/03/2024).

1523, Lutero imagina que a imposição da castidade é ineficaz, pois “de que adianta encarcerar uma moça para não ver nem ouvir nenhum homem, quando seu coração geme dia e noite, incessantemente, por um rapaz?” (Lutero, 1995, p. 190).

Uma anedota pastoral narra que quando alguém pergunta se a igreja permite sexo antes ou só depois do matrimônio, deve-se responder que a igreja determina que haja sexo, no mínimo e pelo menos, durante o casamento. Tillich tem razão, a moral sexual de Lutero é mais radical que a moral vitoriana de Freud. Para Lutero, o prazer sexual se produz pela recíproca habilidade de obter prazer no próprio corpo através do qual se proporciona prazer para o corpo alheio, ao ponto, de duas pessoas tornarem-se uma só carne (Marcos 10:8). Para Lutero, seguindo a tradição das primeiras comunidades cristãs, o matrimônio

está subordinado à lei do amor, sendo que nenhuma das partes tem poder sobre seu corpo, mas um corpo tem prazer em servir ao prazer do corpo do outro, como é próprio do amor. O prazer está em tornar-se servo do prazer do outro. Na fornicação, porém, isso não é possível, porque nela ninguém tem poder sobre o outro e ninguém deve nada a ninguém, mas cada qual procura somente sua própria satisfação no outro. (Lutero, 1995, p. 193)

Como a satisfação sexual vem do próprio corpo através do corpo do outro, a fornicação ou a pornografia são consideradas pecaminosas porque impedem, de fato, a obtenção de prazer sexual que é satisfatório quando, necessariamente, é mútuo. Para preservar o prazer sexual, Lutero pede ao poder público municipal que feche os bordéis de Wittenberg porque o prazer ali fornecido é “contrário à razão natural” (1995, p. 288). A razão natural, conforme a imagina Lutero, se concretiza quando da troca graciosa e recíproca do prazer entre os amantes, embora, “nenhuma relação sexual no matrimônio é isenta de pecado. No entanto, Deus o desconsidera por graça” (1995, p. 183). Mesmo a relação sexual realizada por amor mútuo carece, conforme Lutero, da graça de Deus ofertada na benção matrimonial que não seria um sacramento eclesialístico, mas uma declaração de fé da comunidade cristã de que a promessa divina fortalece a promessa dos nubentes que, livremente, declaram amor recíproco um para o outro e deles para a sua comunidade religiosa.

### A ilusão moral da pedagogia iluminista

Condorcet acreditava que a escola poderia ensinar moral sem apoio da religião. Essa convicção iluminista anunciada no final século XVIII permanece sendo um desafio pedagógico ainda não realizado. No início do século XX, Durkheim reafirma essa mesma crença pedagógica iluminista nas suas aulas no curso de Pedagogia na Sorbonne entre 1902 e 1903:

É preciso buscar, no próprio seio das concepções religiosas, as realidades morais que ali estão perdidas e dissimuladas, é preciso decanta-las, descobrir em que consistem, determinar sua própria natureza e exprimi-la em uma linguagem racional. É preciso, em uma palavra, descobrir os equivalentes racionais dessas noções religiosas que, durante muito tempo, serviram de veículo

às ideias morais mais essenciais (2008, p. 24-25)

Apesar de construir uma sociologia positiva, baseada na observação objetiva da realidade, Durkheim não percebeu as evidências que a realidade escolar e social francesa demonstrava. A educação de crianças, em grande medida, era religiosa. “Em 1900, na França, eram 10.600 Irmãos, com 1.500 escolas. Os Irmãos tinham visibilidade em toda a França. Porém, em 1907 todas as escolas foram confiscadas pelo governo dentro do princípio de laicização” (Tagliavini; Piantkoski, 2013, p. 36).

Quase todos os manuais universitários de História da Educação consideram Rousseau como o pai da pedagogia moderna. Na sua utopia antropológica, Rousseau afirmava ser “preciso considerar o homem tal como ele é, e também tal como ele pode ser” (Cerizara, 1990, p. 32). Assim, a pedagogia moderna pensa a pessoa humana na dualidade entre ser boa e ser má ou, inversamente, entre o que ela é e o que ela deve ser. A pessoa é sempre boa por natureza, e sempre má pelas circunstâncias sociais? O ponto de partida da resposta da pedagogia iluminista é o dualismo antropológico que, necessariamente, deve ser superado pela concepção dialética, mais realista e objetiva: o homem é bom e é mau, ao mesmo tempo. Pode-se conceber a pessoa humana como uma complexa composição contraditória entre bondade e maldade que Freud definiu como a relação dialética entre a *Lebenstrieb* (pulsão de vida) e a *Todestrieb* (pulsão de morte). O homem, naturalmente bom, não vive na natureza, mas na sociedade que lhe dá caráter malvado, daí que para Rousseau, educar é

DESNATURAR o homem, ou seja, converter o homem natural em homem social. Essa conversão só se viabiliza pela educação em sua acepção mais ampla. Ora, como a educação é fruto da ação humana, é razoável inferir que, para Rousseau, o homem é responsável pelo que ele é no mundo. (Cerizara, 1990, p. 39)

Para Rousseau, conforme Cerizara, o “projeto de formação do homem para a cidadania” não promove, necessariamente, “a conciliação total entre o homem e o cidadão” (1990, p. 34). Na intuição histórica inicial de formação do estado burguês, a educação acontecia em três dimensões: a) da natureza, pelo desenvolvimento biológico; b) dos homens, pela interação social e c) das coisas, pelos objetos que nos afetam. A educação é ato livre para educando e educador, mas, em si mesma, a educação não é livre. É determinada pela sociedade civil que estava instituindo o Estado Burguês. A educação se realiza como pacto da cidadania através da democracia. O educando deve acatar o educador, porque este lhe apresenta racionalmente a natureza na qual o educando já está inserido. Há, portanto, igualdade na relação educador-educando considerando que afirmar a “igualdade não significa negar as diferenças que criança e adulto apresentam. Elas existem e são imprescindíveis para a concretização do projeto pedagógico fundamentado no respeito mútuo” (Cerizara, 1990, p. 57). A educação escolar que

Rousseau

reivindica para a criança não é a liberdade ampla, mas restrita à capacidade de ela realizar suas vontades, de fazer uso de suas forças. Rousseau, significativamente, utiliza o termo hábito natural para aludir à liberdade de fazer o que se pode, e não fazer tudo indiscriminadamente, uma vez que no homem natural poder e vontade se equilibram. (1990, p. 65)

A tradição hegemônica da História da Educação tem dificuldade de reconhecer que La Salle foi o primeiro pedagogo a conceber uma pedagogia baseada numa antropologia cristã que, no entanto, é mais realista que a de Rousseau. Enquanto Rousseau defende a educação aristocrática baseada no tutor financiado pela família rica e destinada à formação privada da nobreza; La Salle concebe uma educação massiva, gratuita para as famílias dos estudantes, através de um caríssimo sistema educacional de escolas elementares gratuitas. A Escola Cristã destinada aos meninos pobres instalava-se em prédios exclusivos para a escola, com amplas janelas para boa iluminação, possuíam piso e banheiro para garantir a salubridade. As escolas recebiam mobília ergonômica e equipamentos específicos para a sala de aula. A Escola Cristã destinada aos meninos urbanos pobres e filhos de artesãos, fornecia gratuitamente para os alunos, a melhor tecnologia disponível, relógio de pêndulo, penas, canivetes para apontá-las, papel transparente, mata-borrão, papéis de vários tipos, tinta, cadernos costurados e livros impressos, diversos prêmios, etc. A remuneração docente era modesta mas suficiente para garantir dedicação exclusiva, três refeições diárias, carvão para aquecimento, roupas limpas, calçados, lazer e cuidados de saúde. Os irmãos docentes recebiam formação pedagógica de nível superior na primeira escola normal da Europa criada por La Salle (Manacorda, 2006, p. 227-234). A educação permanente acontecia nos retiros de docentes realizados nas férias escolares. Pela fé na graça divina, La Salle concebeu e efetivamente construiu com os irmãos docentes, um complexo sistema de ensino elementar qualificado, gratuito e com métodos de ensino capazes de universalizar – ou seja, massificar - a educação primária.

Divergindo dos revolucionários republicanos da época, os lassalistas justificavam a gratuidade de suas escolas na fé e não na razão. Consideravam necessário que os meninos conhecessem que a salvação das almas dependia da graça de Deus, portanto, tal conhecimento seria produzido pela educação escolar que, exatamente, pela natureza de tal conhecimento deveria ser absolutamente gratuita. Os irmãos dedicam suas vidas à educação por fidelidade à vocação divina. As repúblicas contemporâneas desenvolvem uma justificação racional para a universalização gratuita da educação básica, seguindo os argumentos da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, aprovada em 1990 pela Conferência de Jomtien, patrocinada pela UNESCO, UNICEF, Banco Mundial, entre outras instituições. Tal argumentação racional, no entanto, não afeta os corações. A justificação republicana clássica não tem a força pulsante presente no que a teologia latino-americana, hoje, denomina opção preferencial pelos pobres, tal como foi proposto por La Salle no final do século XVII e início do XVIII (Torres; Pauly, 2017).

Rousseau é um dos teóricos fundamentais para a educação republicana, mas não conseguiu substituir a noção religiosa de que a criança estaria sob o pecado original, do qual seria resgatada pelo Batismo. Fora da igreja, não há salvação. Ele tentou superar esse imaginário religioso cristão pelo paradigma inverso supondo que a criança, por natureza, nascia pura e era contaminada pela sociedade. A Revolução Francesa assumiu a crença de que a escola resgataria a criança pela educação obrigatória e universal. Fora da escola, não haveria salvação.

A escola estatal francesa, por óbvio, melhorou o padrão moral da infância e da juventude, mas não de forma suficiente e eficaz. No século XIX, na França, a família é uma instituição conservadora que, ao lado do estado e da igreja, rege “também os papéis sexuais”. A “família operária é patriarcal. Obedece à lei do pai, (...) Proudhon, o teórico da anarquia, o inspirador do sindicalismo francês, é também o mais fervoroso defensor da família patriarcal” (Perrot, 1996, p. 97). Os pais determinavam o futuro dos filhos nas fábricas onde o filho era aprendiz de seu pai. Os pais controlam a reprodução da força de trabalho. Havia, portanto, uma relativa autonomia operária, pois o aprendizado profissional era direito de herança, tradição aristocrática das corporações de ofício. Contra interesses patriarcais e corporativos, a Escola Cristã será libertadora. A escola republicana limitará o pátrio poder, transferindo boa parte da responsabilidade pela formação profissional do patriarcalismo para a escola pública. Essa conquista da escola inicia no século XIX quando

esse processo de substituição da educação familiar pela instituição escolar, em um contexto de laicização da sociedade, é claramente expresso, quaisquer que sejam sua origem e sua finalidade (...) esse processo apenas será terminado na segunda metade do século XX e que continua a desenvolver-se com a multiplicação dos campos educativos confiados ao colégio e ao liceu (educação para o trânsito, respeito ao meio ambiente, prevenção do tabagismo, da toxicomania e do alcoolismo, educação sexual, luta contra o racismo etc.). (Perrot, 1996, p. 146)

#### As análises da moral sexual cristã em Marx e Freud

Um clássico chavão acadêmico contrário a moral sexual cristã é a frase de Marx: religião é o ópio do povo. Talvez seja o texto de Marx mais repetido por marxistas e por antimarxistas. Em geral, quem cita esse slogan como se fosse o juízo definitivo de Marx sobre a religião, não leu ou não entendeu a Introdução à Crítica da Filosofia do Direito, obra na qual a famosa frase está inserida:

A religião é a teoria geral deste mundo, seu compêndio enciclopédico, sua lógica popular, sua dignidade espiritualista, seu entusiasmo, sua sanção moral, seu complemento solene, sua razão geral de consolo e de justificação. É a realização fantástica da essência humana por que a essência humana carece de realidade concreta. Por conseguinte, a luta contra a religião é, indiretamente, a luta contra aquele mundo que tem na religião seu aroma espiritual.

A miséria religiosa é, de um lado, a expressão da miséria real e, de outro, o protesto contra ela. A religião é o soluço da criatura oprimida, o coração de um mundo sem

coração, o espírito de uma situação carente de espírito. É o ópio do povo. (Marx, 1843, s.p.)

Lida fora de seu contexto, a frase “religião é o ópio do povo” se torna um dogma que não reconhece a dialética existente na presença e influência concreta da religião na vida cotidiana da classe trabalhadora. No campo da sexualidade, a religião é o soluço do coração oprimido pela repressão do prazer que impede ao trabalhador e à trabalhadora, a fruição compartilhada do prazer através da relação sexual. A religião é uma doença a ser curada ou eliminada quando e se for a causa do entorpecimento da capacidade afetiva das pessoas do povo. Ora, se a religião é capaz de amortecer, pode, dialeticamente, potencializar.

Um dos problemas epistemológicos da crítica marxista brasileira à religião é ignorar ou minimizar a influência da moral vitoriana nas concepções de Marx e Engels. Eles eram revolucionários, mas obviamente eram também homens de sua época. Os pais do socialismo científico mantinham a crença ingênua de que o comunismo eliminaria “a prostituição, e em vez de decair, a monogamia chegará por fim a ser uma realidade, até para os homens” (Engels, 1980, p. 263). Baseado na antropologia de Morgan, Engels acredita que historicamente a “monogamia foi, de todas as formas conhecidas de família, a única em que desenvolveu-se o amor sexual moderno, (...), como amor mútuo dos cônjuges” (1980, p. 257). É plausível supor que esse moralismo vitoriano de Marx contribuiu de algum modo para justificar a violenta repressão sexual dos governos estalinistas e maoístas naquilo que acreditavam ser uma defesa socialista da moral do proletariado e dos bons costumes (Pinheiro, 2018) contra a imoralidade e maus costumes burgueses.

O senso comum acadêmico de esquerda no campo da pesquisa em educação, sustenta a ilusão de que Marx seria um crítico radical da política educacional burguesa. Em 1875, Marx envia uma carta com sugestões programáticas ao Congresso do Partido Operário Alemão que deliberava sobre o programa eleitoral comunista que apresentaria ao eleitorado alemão. Especificamente quanto à política educacional, a proposta da direção era de que o partido exigisse, “como base espiritual e moral do Estado”, uma “Educação Popular geral e igual a cargo do Estado. Assistência escolar obrigatória para todos. Instrução gratuita” (Marx, 1980, p. 24). Marx discorda da direção partidária e sugere reivindicar educação universal, obrigatória e gratuita tal como existe nos EUA. Para Marx, o sistema educacional capitalista criado pelos colonos norte-americanos superava a política educacional proposta pelos comunistas alemães.

Uma “educação popular a cargo do Estado” é absolutamente inadmissível. Uma coisa é determinar, por meio de uma lei geral, os recursos das escolas públicas, as condições de capacitação do pessoal docente, as matérias de ensino, etc., e velar pelo cumprimento destas prescrições legais mediante os inspetores do Estado, como se faz nos Estados Unidos, e outra coisa, completamente distinta, é nomear o Estado educador do povo! Longe disso o que se há de fazer é subtrair da escola toda a influência por parte do Governo e da Igreja. (...) pelo contrário, é o Estado que necessita receber do povo uma educação muito severa. (1980, p. 25)

Não é o estado que deve educar o povo, o povo deve educar o estado. Essa metodologia dialética foi empregada por Löwy e Sayre na análise que fizeram sobre o romantismo alemão e também sobre a teologia da libertação, considerando que esses dois movimentos intelectuais assumiam uma “posição crítica aparentemente paradoxal: a um só tempo politicamente moderada e socialmente radical” (1993, p. 83-84). A moral sexual cristã faz um discurso político moderado sobre o prazer sexual que, levado à vida cotidiana, torna-se socialmente radical pois numa sociedade machista, a moral cristã tradicional afirma que mulher e homem tem igual direito ao prazer e, mais radicalmente, de que o prazer sexual do homem depende da capacidade de a mulher assim proporcionar-lhe. Nesse sentido, a moral cristã subverte a moral sexual da indústria pornográfica burguesa que defende liberdade sexual radical que, no cotidiano da vida concreta da classe trabalhadora, se torna, em geral, repressiva, às vezes, até pedófila, misógina e homofóbica.

Freud costuma ser uma referência para o senso comum de alguns críticos acadêmicos contrários à moral sexual cristã. No início do século XX, a psicanálise assumiu a perspectiva médica da saúde sexual com relação à dialética entre amor e liberdade. A psicanálise retoma o ideal iluminista de rigor moral. Freud faz um diagnóstico inovador da repressão sexual doentia praticada por alguns cristãos que buscaram atendimento psicanalítico, no entanto, o próprio Freud sofre a influência da moral vitoriana, hegemônica entre a intelectualidade europeia. O teólogo Paul Tillich, orientador de doutorado de Adorno, criticou o freudismo exatamente neste ponto porque Freud não percebeu “o contraste entre libido como amor e libido como concupiscência por causa” de sua “atitude puritana” em relação ao sexo. Em “comparação com um homem como Lutero, Freud é um asceta” (Tillich, 1984, p. 286). A meta-teoria sexual de Freud trabalha com o conceito libido que é uma expressão espiritual e mítica, como se a libido fosse uma energia objetiva da física mecânica com sua lei de causa e efeito. As traduções de Trieb (pulsão no alemão) por instinto; de Seele (alma) por mente; de Seelesorgen (cura-d’alma) por psicanalista, são outros exemplos da canonização do texto freudiano em perspectiva racionalista (Bettelheim, 1984).

Em geral, o conservadorismo familista contradiz a Bíblia. É o caso conhecido da parábola do filho pródigo que retorna à casa paterna após desperdiçar sua herança “vivendo dissolutamente” (Lucas 15:13) “com as meretrizes” (15:30). O Pai o recebe festivamente. O filho de bom comportamento e moral ilibada que permaneceu trabalhando na roça do pai, por razões evidentes e razoáveis, exige explicações porque, de fato, sente-se injustiçado. Diante da revolta do filho de comportamento moral exemplar, o pai assegura que é “justo alegrarmos-nos e folgarmos, porque este teu irmão estava morto, e reviveu; e tinha-se perdido, e achou-se” (15:32). Para a psicanalista laciana Françoise Dolto, católica, o prazer não está no esfrega-esfrega da genitália. Assim ela interpreta esta parábola:

(...) temos necessidade de prazer porém não é o prazer e sim o sofrimento que nos modela. É o que acontece com cada um de nós: temos que morrer para alguma coisa, para então sobrevivermos desejosos, desejosos de verdadeiro desejo, maior que a necessidade e único guia do amor. (1981, p. 62)

É a relação amorosa que deseja o prazer sexual. Não é tirar para si um prazer pelo uso do corpo do outro, como denunciou Lutero aos governantes de Wittenberg. É o prazer de entregar-se ao prazer do outro. Para Dolto, de forma muito próxima e mesmo semelhante à teologia latino-americana, as pessoas foram criadas por Deus e resgatadas pela cruz de Cristo para serem pessoas livres em comunhão:

O que Cristo nos ensina é que os seres humanos são seres de palavras e de trocas, mas esquecemos que os que estão excluídos, não importando a razão, devem ser inseridos novamente na vida das trocas, integrados no nosso espaço, e não abandonados sozinhos: um ser humano sofre quando está na solidão, sentindo-se rejeitado. (Dolto, 1981, p. 133)

### Considerações finais

As perspectivas racionalista, ortodoxa e reducionista da psicanálise e do marxismo hegemônicas a crítica acadêmica de senso comum contra a moral sexual cristã. É ingenuidade tipificar a proibição do sexo pré-nupcial como repressão abusiva da igreja contra o prazer sexual, em especial, de adolescentes. A repressão sexual não é monopólio eclesial. Como o artigo apontou, esse senso comum ignora que a ortodoxia e a pura razão das ciências ocultam conflitos sociais de adolescentes e de adultos contra o conservadorismo moralista hegemônico em famílias trabalhadoras, em alguns gestores de políticas públicas sociais e nas empresas do entretenimento e da pornografia. Nas últimas décadas, esse conservadorismo moral repressivo agudizou-se com a atuação político-partidária em favor da pauta de costumes promovida por igrejas e seitas fundamentalistas cristãs de extrema direita.

Para mostrar que a moral sexual cristã afronta a moral dos extremistas cristãos fundamentalistas, pode-se lembrar um versículo usado como bordão da campanha eleitoral do candidato Jair Messias Bolsonaro à presidência do Brasil em 2022: “Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (João 8:32). O capítulo 8 do Evangelho de João descreve uma cena na qual Jesus contrapõe a sua moral sexual contra o moralismo fundamentalista do Templo de Jerusalém. Os teólogos do Templo e os fariseus colocam diante de Jesus uma mulher adúltera e seu acompanhante. Pela lei de Moisés, ela deveria ser apedrejada. A moral de Jesus diverge da de Moisés. A resposta de Jesus é um desafio aos fundamentalistas da extrema direita: “quem de entre vós está sem pecado seja o primeiro que atire pedra contra ela” (João 8:7). A proposta da moral sexual de Cristo revela, simultaneamente, a excitação e a impotência do desejo de escribas e fariseus por lapidar a mulher. Jesus ensina o perdão que, no cotidiano imediato da mulher, possibilitou-lhe reavaliar sua vida sexual. A

moral sexual de Cristo rompe com a moral do Templo, com a Lei de Moisés e com o patriarcalismo sacerdotal. É a moral dialética do Evangelho: Cristo dá a conhecer a verdade do amor que liberta da tortura e da morte. A moral cristã afronta a moral dos fariseus. Didaticamente João encerra o capítulo 8, colocando Jesus no lugar da mulher, vítima dos moralistas: “Então eles apanharam pedras para apedrejá-lo, mas Jesus escondeu-se e saiu do templo” (João 8:59). Conhecer a verdade revelada por Cristo, liberta para o amor incondicional pelo prazer de viver e desperta a ira dos fundamentalistas da extrema direita.

## Referências

- BETTELHEIM, B. (1984) Freud e a alma humana. São Paulo: Editora Cultrix.
- CARDOSO, C. F. S. (1986). Sociedades do Antigo Oriente Próximo. São Paulo: Ática.
- CERIZARA, A. B. (1990). Rousseau: A Educação na Infância. São Paulo: Scipione.
- CONDORCET, J.-A. (2008). Cinco memórias sobre a instrução pública. São Paulo: Editora UNESP.
- DA SILVA, A. J. (2005). O contexto da obra histórica deuteronomista. Estudos Bíblicos: São Paulo, 23 (88), p. 11-27. <https://revista.abib.org.br/EB/article/view/672/653> (Acesso em 23/03/24).
- DOLTO, F. (1981). O Evangelho à luz da Psicanálise. V. II. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- DURKHEIM, É. (2008). A educação moral. Petrópolis: Vozes.
- ENGELS, F. (1980). El origen de la familia, la propiedad y el estado. In: MARX, C.; ENGELS, F. Obras escogidas, v. III, Moscou: Editorial Progreso, p. 203-352.
- FOUCAULT, M. (2013). Vigiar e punir: nascimento da prisão. 41 ed. Petrópolis: Vozes.
- GADOTTI, M. (1985). Dialética do Amor Paterno: do amor pelos meus filhos ao amor por todas as crianças. 2 ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados.
- GADOTTI, M. (org). (1996). Paulo Freire: uma biobibliografia. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire; Brasília: UNESCO.
- LÖWY, M.; SAYRE, R. (1993). Romantismo e política. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LUTERO, M. (1995). Da vida Matrimonial. In: \_\_\_\_\_. Obras Seleccionadas. V. 5, São Leopoldo; Porto Alegre: Sinodal; Concórdia, p. 160-183.
- LUTERO, M. (1995). Os Bordéis Públicos. In: \_\_\_\_\_. Obras Seleccionadas. V. 5, São Leopoldo; Porto Alegre: Sinodal; Concórdia, p. 287-290.
- MANACORDA, M. A. (2006). História da educação: da antiguidade aos nossos dias. 12 ed. São Paulo: Cortez.
- MARX, C. (1980). Crítica del Programa de Gotha. In: MARX, C.; ENGELS, F. Obras escogidas, v. III, Moscou: Editorial Progreso, p. 5-27.
- MARX, K. Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. 1843. <https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/critica/introducao.htm>. (Acesso em 13/06/2023).
- PAULY, E. L.; CASAGRANDE, C. A.; CORBELLINI, M. A. (2018). Entre omissão, desconhecimento e reconhecimento: João Batista de La Salle na pesquisa em educação no Brasil. Revista Brasileira de Educação: Rio de Janeiro, (23), p. 1-25. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230079> (Acesso em 23/03/2024).
- PERROT, M. A juventude operária, da oficina à fábrica. In: LEVI, G.; SCHMITT, J.-C. (Org.). (1996). História dos Jovens. São Paulo: Companhia das Letras. V. 2, p. 82-136.
- PINHEIRO, D. (2018). Autoritarismo e homofobia: a repressão aos homossexuais nos regimes ditatoriais cubano e brasileiro (1960-1980). Cadernos Pagu: Campinas/SP, (52). <https://doi.org/10.1590/18094449201800520013>. (13/06/2023).
- SCHIAVO, L. (2020). O mito fundacional do Judaísmo Leitura intercultural de Gn 1-3 v. RIBLA, São Paulo, 82(2), p. 85-102. <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/Ribla/article/download/10765/7385> (Acesso 23/03/2024)
- TAGLIAVINI, J. V.; PIANTKOSKI, M. A. (2013). João Batista de La Salle (1651-1719): um silêncio eloquente em torno do educador católico que modelou a escola moderna. HISTEDBR On-line, Campinas/SP, 53, p. 16-40. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230079> (Acesso 23/03/2024).
- TILLICH, P. (1984). Teologia Sistemática. São Leopoldo; São Paulo: Sinodal; Paulinas.
- TORRES, T. de A. PAULY, E. L. (2017). A opção preferencial pelos pobres à luz da Teologia da Libertação: uma releitura lassalista. Estudos Teológicos: São Leopoldo, 57(2), p. 366-381. [http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/download/2610/pdf](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/download/2610/pdf). (Acesso 13/07/2023).